

Pluralismo Teórico nas Ciências Sociais: Espaço de Democracia, Crítica e Ciência

Comunicação ao II ENEP - Brasil

Carlos Pimentaⁱ

INTRODUÇÃO

Kuhn lançou a estigma da desconfiança sobre a validade científica das ciências sociais ao considerá-las imaturas. A coexistência de diversos modelos alternativos interpretativos da mesma realidade fundamentam o julgamento.

A sociologia do conhecimento científico kuhniana transmitia pela terminologia utilizada uma valoração sobre as ciências, tomando como eixo de referência as ciências físicas e similares. A história da ciência tem, no entanto mostrado, que as fraquezas de hoje podem ser fortalezas de amanhã. Recorde-se a pretensa superioridade das leis deterministas em relação às leis probabilísticas, as desgraças que também aqui as ciências sociais acarretavam e as consequências abertas pela teoria quântica.

O que é importante reter é **a diversidade de ciências e de contextos de construção dos seus objectos científicos, variedade de metodologias do seu estudo**. As ciências são um processo lógicoⁱⁱ e social, logo influenciadas pela ideologia e pela consciência possível dos cientistas. Se esta sociabilidade do cientista está sempre presente ela tem maiores repercussões quando o objecto científico é uma parte do social. O entrelaçamento entre a razão e as emoções e sentimentosⁱⁱⁱ estabelece continuidades entre o objecto científico e a consciência possível dos cientistas.

As ciências sociais são **intrinsecamente conflituais** reflectindo o processo de (re)construção do seu objecto científico, as contradições sociais e correspondentes correlações de força. Os cientistas sociais têm de ter plena consciência desta realidade e encontrarem as suas estratégias de investigação científica.

A conflitualidade interna das ciências sociais pode ser assumida como uma vantagem epistemológica, sobretudo se formos capazes de reler as semelhanças e diferenças entre os diversos paradigmas, encontrarmos as pontes de diálogo entre

esses espaços dedutivos de difícil inter-comunicabilidade, formular modelos suficientemente gerais para abarcar as diversas leituras alternativas em confronto.

Assumir a conflitualidade interna das ciências sociais como realidade comporta igualmente consequências sobre a forma de ensinar essas mesmas ciências, exige uma postura de organização pedagógica e científica dos cursos e disciplinas que não se compadece com facilitismos de reprodução de saberes adquiridos, de adopção de modas confortáveis ou de mudança sistemática de curricula.

É este tipo de problemáticas que pretendemos abordar nesta comunicação, certos de que o assunto é suficientemente complexo para poder ser minimamente tratado numa comunicação tão curta mas que pode funcionar como alerta, como pista para futuros trabalhos de epistemologia das ciências sociais e de pedagogia dessas mesmas áreas científicas.

Embora admita que grande parte dos raciocínios que seguidamente expomos têm validade, eventualmente com tonalidades diferentes para dissemelhantes ciências sociais, a própria diversidade existente dentro delas exige alguma prudência. Por isso tomamos como referência a Economia, indiferentemente apelidada de Economia Política, lembrando a sua dimensão social, ou Ciência Económica, quando a desconfiança dos leigos ou mal intencionados exigem a sua reclassificação como ciência.

RAZÕES DA PLURALIDADE DE MODELOS

É habitual afirmar-se que os economistas não se entendem. Em alguma medida é verdade embora existam largas áreas de consenso dentro da Economia Política. Essa concepção surge sempre num contexto preciso e muito frequentemente quando trespassa para a opinião pública os debates técnicos, situação em que existem condições acrescidas para essas diferentes interpretações de uma realidade.

Sem perder de vista as vastas áreas de acordo entre todos os economistas, convém aprofundar um pouco as razões dessas diferentes leituras.

Um primeira razão da conflitualidade interna encontra-se na **diversidade da realidade económica e social estudada** pelos diferentes economistas e a maior ou menor capacidade de impor a sua leitura da realidade na comunidade científica internacional, nas estruturas políticas, nos saberes constituídos. Diversidade de realidades económicas e sociais no tempo e no espaço encoberta pela utilização da mesma terminologia, pela aparência do estudo da mesma realidade.

Adam Smith estudou os mercados, analisou a interligação do fenómeno social divisão do trabalho com o egoísmo individual, construtores da «mão invisível». Friedman tem estudado o

mercado no centro do capitalismo actual. Muitos outros economistas espalhados em todo o mundo, em países com características muito diversas têm estudado os mercados desses países. Todos eles designam, ou outros a designaram, a realidade que estão a estudar como sendo o mercado, mas essa entidade abstracta, por vezes mítica, é em cada um dos contextos históricos e sociedades realidades específicas diferentes das restantes. Provavelmente todos elaboram os seus modelos como sendo a interpretação do mercado e, quando muito, mais não são que modelos de um mercado. Esquece-se que as leis económicas são leis históricas e atribui-se-lhe uma universalidade que não possuem. Universalidade que tem expressão na capacidade de imposição cultural de uns sobre os outros.

Celso Furtado dizia que uma economia subdesenvolvida é uma economia dualista. Uma economia subdesenvolvida, eufemisticamente designada em vias de desenvolvimento, não é (apenas) uma economia atrasada, uma economia que numa comparação com outras surge desfavorecida em alguns parâmetros. “O subdesenvolvimento é antes a *estrutura concreta de funcionamento* de determinadas sociedades com inserção historicamente determinada na divisão internacional do trabalho”^{iv}. Assim sendo, o estágio de desenvolvimento económico dos países subdesenvolvidos não é comparável ao que se passou na Europa ou Estados Unidos da América numa fase histórica anterior. No entanto ontem como hoje, nas economias desenvolvidas ou nas economias subdesenvolvidas, nos diferentes países do chamado Terceiro Mundo analisa-se o crescimento e o desenvolvimento. Esta articulação complexa de relações e comportamentos que se designa por desenvolvimento será diferente em cada uma das situações e os diversos modelos – de crescimento equilibrado ou desequilibrado, centrado no mercado interno ou no mercado externo, etc. – exprimem sob a mesma terminologia realidades diferentes.

Esta diversidade de realidades sociais estudadas acarreta inevitavelmente diferentes leituras científicas, a construção de modelos gerais ou parciais, que não são concordantes entre si. A conflitualidade interna surge inevitavelmente como equívoco: as leis e teorias apresentam-se como ahistóricas, ou não datadas, e procuram exprimir uma realidade histórica. Não é a conflitualidade interna que é uma fraqueza científica mas a sua pequena dimensão que é expressão dos imperialismos culturais e científicos.

Uma segunda razão da conflitualidade interna encontra-se **na contradição entre a complexidade da realidade social e a natureza dos modelos elaborados** ou, por outras palavras, no facto de diferentes economistas perante a mesma realidade económico-social construírem objectos científicos que captam apenas uma parte do objecto real.

A simplificação é a palavra-chave na construção dos modelos económicos. Simplificação pela consideração de apenas alguns aspectos da realidade social que se pretende estudar. Simplificação pela selecção das variáveis e das suas relações. “A simplificação é necessária mas deve ser relativizada”^v Temos pois uma simplificação dupla: na passagem do objecto real para o objecto científico e na conceptualização do objecto científico. Os dois aspectos estão intimamente ligados, pois nos dois casos estamos perante “o problema da dificuldade de

pensar, porque o pensamento é um combate com e contra a lógica, com e contra as palavras, com e contra o conceito"^{vi}. Distingamos, no entanto as duas situações.

Todos conhecem a explicação da inflação, entendida como aumento mais ou menos generalizado de preços, pela procura. Verificado um aumento da procura monetária sem correspondência na oferta real há uma elevação do nível geral de preços, *ceteris paribus*. As dinâmicas conjunturais influenciadoras da procura monetária (variações da massa monetária em circulação, dos gastos do Estado, do salário médio ou da repartição do rendimento) vão determinar subidas ou descidas da inflação. Deixemos de lado as fronteiras difusas entre esta explicação da inflação e a pelos custos quando se atribui à dinâmica salarial, *ceteris paribus*, a responsabilidade da pressão inflacionista. Tomemos algumas das versões da teoria estruturalista. Para elas o que está em causa é a capacidade de produção de uma determinada economia. Os baixos níveis de produtividade são a explicação da inflação ou desta ser superior em alguns países. São leituras diferentes da mesma realidade que tão somente têm objectos teóricos diferentes. Uns focalizam uma leitura conjuntural, de curto prazo, logo tomando a procura, outros uma leitura estrutural, de longo prazo, logo tomando a oferta. E no entanto os dois têm subjacente o mesmo conceito simplista de inflação e a concepção de que o nível geral de preços é determinado pela oferta e procura globais.

As diferenças entre objectos teóricos do mesmo objecto real são particularmente vincadas quando uns assumem como referência a instituição ou o homem isolado e outros o conjunto dos homens ou das instituições, a sociedade. A microeconomia e a macroeconomia assumem-se como leituras diferentes da mesma realidade, como objectos científicos distintos da mesma realidade social: o homem vivendo em sociedade. No caso destas duas leituras da realidade não estamos perante uma especialização científica visando um estudo mais aprofundado da realidade global mas perante um fraccionamento de leituras e metodologias que dificilmente encontram um espaço de confluência apesar da generalidade dos objectos estudados exigir uma combinação de ambos.

E assim entramos directamente na segunda face da referida simplificação. A razão europeia é analítica, discursiva, «razão-vista», aristotélica. É analítica por utilização. Reduz o objecto a categorias lógicas rígidas.^{vii} Confrontado frequentemente com as contradições, e correspondente movimento do real, e com a complexidade, tem procurado sempre encontrar a simplicidade. As leis económicas são sempre parciais e exigindo, como o fizemos anteriormente, a amiudada referência ao *ceteris paribus*. E, no entanto, “na relação entre a parte e o todo, não é apenas a parte que está no todo mas o todo que está igualmente na parte”^{viii}. Na maior parte das situações os modelos económicos consideram as partes sem o todo ou o todo sem as partes.

Se objectos reais idênticos dão objectos científicos diferentes, se objectos científicos diferentes se camuflam na identidade de objectos reais e numa mesma terminologia a conflitualidade interna é uma inevitabilidade.

Neste caso a conflitualidade interna é a expressão das limitações cognitivas do homem e da tradição europeia, incapaz de captar a complexidade.^{ix}

A diferença de objectos científicos resultantes do mesmo objecto real também é resultado das **diferentes consciências possíveis dos economistas**. A percepção que cada cientista ou grupo de economistas, neste caso, tem de uma determinada realidade depende da sua vivência enquanto homem, cidadão e economista. Essa consciência real da realidade que o circunscreve e envolve está condicionada, limitada, pelo seu posicionamento na sociedade e pelo tipo de relações que estabelece com os outros, isto é, essa consciência real estabelece-se dentro do quadro da sua consciência possível.

As determinantes da consciência possível são múltiplas mas será legítimo estabelecer alguma relação entre a consciência possível de um dado economista e a uma posição de classe. As classes sociais ocupam um lugar central na estrutura da sociedade. Por isso elas moldam a consciência possível dos intervenientes, criam mantos diáfanos sobre a realidade, fetichismos na compreensão da dinâmica do económico. A ligação estabelece-se através do impacto que as contradições entre forças produtivas e relações de produção de uma determinada sociedade exercem sobre o emprego do tempo de cada um dos indivíduos e aquele constitui a infraestrutura da personalidade.^x Ligação no quadro do livre-arbítrio individual, outra face da necessidade social. De uma forma simplista poderemos dizer que os economistas reflectem diferentes consciências possíveis de classes e grupos sociais. E cada uma delas tem a sua visão própria da realidade social, logo a inevitabilidade de considerar aspectos diversos da realidade.

Os modelos económicos reflectem diferentes consciências possíveis, surgindo aí uma razão objectiva para uma conflitualidade interna da ciência económica. Se não é difícil compreender que as diferenças entre as consciências possíveis das diversas classes sociais tem maiores repercussões sobre a observação da realidade social que sobre a realidade natural também não o é entender que aí está uma das importantes especificidades das ciências sociais, uma razão decisiva para a persistência de uma conflitualidade interna.

Dois economistas estão interessados em elaborar um modelo sobre a dinâmica salarial. A mesma realidade é encarada por uns do ponto de vista dos trabalhadores, isto é, enquanto remuneração de uma determinada actividade que lhe permite garantir a sobrevivência quotidiana, e por outros do ponto de vista das empresas, isto é, enquanto custo de produção, enquanto variável directamente influenciadora dos preços de mercado e do lucro. Encarar os salários de um ou outro ponto de vista não é indiferente estatisticamente, mas mais importante que isso é o tipo de variáveis explicativas que uns e outros escolherão e como elas aparecerão para cada um deles. Por exemplo, do ponto de vista dos trabalhadores o salário é o preço da sua força de trabalho enquanto para as empresas é o custo de um factor produtivo condicionado pela produtividade. Para os primeiros não há razão para conceptualmente isolar o salário dos restantes preços e a própria luta de classes, sindical ou outra, é parte integrante da sua vida quotidiana. Para os segundos o salário é uma remuneração conceptualmente isolável dos preços

e a luta de classes um factor exógeno. Ambos analisarão a mesma realidade objectiva, relação salarial, mas com informações estatísticas, variáveis, relações entre variáveis e modelos diferentes.

A consciência real que os diferentes economistas têm da realidade social está pois condicionada pela sua consciência possível. Mas esta não molda apenas a selecção da informação que se faz. Nós só vemos o que queremos ver. Expressando posições de classe e grupos sociais reflecte igualmente a superestrutura dessas mesmas classes e grupos. Por outras palavras os economistas ao estudarem a realidade económica transportam uma determinada maneira de ver o mundo, uma certa concepção filosófica da nossa existência.

Esta diversidade de posturas epistemológicas manifesta-se na concepção do corte epistemológico inerente à construção científica, na adopção espontânea de determinadas hipóteses de partida e quadros conceptuais de referência, na metodologia de investigação adoptada, na terminologia utilizada, para apenas referir alguns aspectos.

Admitamos que numa linha fenomenológica o “conhecimento é, pois, apenas conhecimento humano, ligado às formas intelectuais humanas, incapaz de atingir a natureza das próprias coisas, as coisas em si”^{xi} e “...a evidência é esta consciência que efectivamente vê”^{xii}. Admitamos por outro lado que “nenhuma multiplicidade sensorial de fenómenos singulares é capaz de permitir a captação integral pelo sujeito pensante do concreto sensível” e fazer ciência é descobrir o oculto, Nesta lógica há o que podemos designar por uma realidade fenomenológica e uma realidade metafenomenológica e “restringir a realidade aos fenómenos seria transpor para o ontológico o que é gnoseológico”^{xiii}. Estas duas posturas filosóficas e epistemológicas terão impactos diferentes sobre o modelo económico a construir, seja ele qual for.

São as controvérsias entre o purismo ou o anarquismo metodológico, entre as explicações totais e essenciais e as explicações provisórias e parciais, entre o antiempirismo, o empirismo, o positivismo, o positivismo lógico e o hiperempirismo, entre o intencionalismo e o determinismo, entre o próprio cientismo e o niilismo. São as controvérsias entre a elaboração de modelos para explicar a realidade ou modelos para a prever. São controvérsias que fazem não existir uma concordância entre economistas seja nos modelos elaborados seja nas metodologias subjacentes.

Conforme a postura filosófica perante o seu ofício de economista assim o conjunto de princípios e hipóteses de partida assumidos inconsciente ou subconscientemente. Provavelmente mais de noventa por cento dos trabalhos de investigação económica se fazem no quadro de um determinado paradigma. Em quase todos os casos a adopção desse paradigma faz-se espontaneamente, assumindo-se não como um entre vários possíveis mas como o único paradigma

válido. Ao adoptá-lo aceita princípios filosóficos e epistemológicos gerais, hipóteses de partida, metodologias sem se questionar sobre a sua validade. Transporta uma determinada terminologia. Do ponto de vista epistemológico o problema não está na adopção de um paradigma mas na não problematização do seu conteúdo, não está na elaboração de um modelo parcial mas na transmissão de uma mensagem científica sem o cuidado de explicitar as hipóteses de partida, com a condução do leitor para uma atitude tão acrítica quanto a assumida por si mesmo. É necessário reter, para o que agora nos ocupa, que esta estrita ligação a um determinado paradigma foi muito provavelmente forjado durante a sua formação, enquanto estudante, numa qualquer escola superior de Economia.

Quando se pede a um economista para indicar o que é um mercado a atitude mais espontânea é traçar um eixo de coordenadas com a quantidade e o preço, representar uma curva da procura e da oferta que se interceptam e apontar essa intercepção como o preço de mercado, eloquentemente designado de equilíbrio. Mesmo que não se esqueça que o mercado é um espaço económico-social de relação entre homens, esquece-se a multiplicidade de factores influenciadores da procura e da oferta, admite-se que estas são expressáveis em funções contínuas ex-ante, que são variáveis independentes, que o modelo pressupõe o ceteris paribus e muito provavelmente tem subjacente um mercado chamado de concorrência perfeita. Esquece-se tudo isto, e muito mais, pura e simplesmente porque “é evidente” que estamos no espaço teórico neoclássico, num modelo normativo sob a capa da positividade e, argumento último, já foi assim que recebeu a lição.

Apresentamos nas singelas linhas anteriores as principais razões da conflitualidade interna na Economia Política. **Ficou implícito que algumas das razões do desentendimento entre os economistas são tão insuperáveis como a estrutura classista da sociedade em que vivemos mas que noutros casos é bem possível encontrar formas de minimizar, precisar ou superar essa conflitualidade.**

Estão no campo desta possibilidade duas outras razões de conflito entre economistas. Mais de conflito entre discursos do que de análises.

O primeiro a que queremos fazer breve referência é a **diversidade de posturas adoptadas pelos economistas** no exercício da sua actividade profissional.

Há^{xiv} o economista investigador e o diagnosticador da situação económica. O primeiro pretende responder ao desafio de encontrar um modelo lógico que vise determinados objectivos enquanto o segundo procura encontrar resposta a uma determinada pergunta com um conjunto de argumentos convincentes mesmo que não perfeitamente rigorosos.

Há o economista que manuseia uma tecnologia económica e o conselheiro económico. O primeiro pretende construir um instrumento operacional visando a resolução de um determinado problema enquanto o segundo sugere a adopção de

um determinado percurso respeitando as regras de jogo de quem solicita o conselho.

Há o economista perito e o representante de um interesse. O primeiro limita-se a estabelecer relações entre factos apoiado nas interpretações económicas mais vulgarizadas, enquanto o segundo estabelece um conjunto de argumentos aceitáveis pelos receptores visando justificar a posição que apresenta.

E ainda há o economista vulgarizador do saber económico que simplifica o conteúdo do modelo de forma a ser compreendida pelo destinatário.

Tomemos a inflação e diversos economistas tratando desse assunto. Se está a investigar o que é a inflação e quais as suas consequências, se está a explicar o que é a inflação para uma assembleia de populares, se está a dizer como se monta uma política para combater a inflação, se está a sugerir como é que uma empresa se deve comportar na inflação, se está a fazer a peritagem dos impactos da inflação sobre uma determinada estrutura, se está a escrever um artigo de divulgação sobre o assunto ou a dar uma aula sobre esse tema o tratamento que cada um dá da inflação é diferente.

Permitam-me que acrescente, porque isso tem impacto sobre o que diremos posteriormente, que esta é também uma das razões porque é muito diferente o conteúdo de uma aula de um professor-investigador e de um professor-divulgador-do-saber-económico.

O segundo motivo de conflito, sobre a qual seremos ainda mais breve tem a ver com o **diferente grau de abstracção dos modelos económicos**. Frequentemente as divergências entre os economistas sobre o assunto resultam são somente da maior ou menor proximidade do concreto.

ATITUDES PERANTE A CONFLITUALIDADE

A conflitualidade da ciência económica existe e tem dinâmicas exteriores à construção da ciência. A adopção de uma ou outra corrente do pensamento económico, a sua rotatividade, é mais comandada por factores políticos, económicos e sociais do que de busca da verdade científica.

Hoje fala-se com muito entusiasmo de nacionalizações para amanhã se encontrar a solução de todos os problemas na privatização. A política monetária é hoje erigida como via de solução de todos os problemas para amanhã ser a política orçamental e fiscal os motores da transformação. Hoje aposta-se no crescimento equilibrado para amanhã privilegiar os modelos do desequilíbrio. Hoje defende-se um total controlo do económico pelo Estado, amanhã uma função correctora dos mecanismos de mercado para logo de seguida ficar horrorizado com qualquer tipo de intervenção.

O economista deve saber lidar com a conflitualidade, o que passa por uma determinada postura enquanto cientista.

A nossa posição sobre o assunto resume-se nos seguintes pontos:

- a) É possível estabelecer muitas identidades entre paradigmas alternativos, estabelecer relações e complementariedades desde que se harmonizem graus de abstracção e linguagens, se explicitem as hipóteses subjacentes a cada um dos modelos e se modifiquem algumas delas. Desta forma é possível construir modelos suficientemente gerais para englobar muitos dos aspectos consignados em modelos pertencentes a paradigmas diferentes.
- b) Esta atitude não elimina a conflitualidade mas reduz o seu âmbito e incidência e sobretudo permite precisar o que efectivamente diferencia os paradigmas em luta. Mas ela só pode ser assumida se os economistas conhecerem os diversos paradigmas em confronto e tivessem capacidade para terem sobre eles uma atitude crítica.
- c) Esta superação dos paradigmas vigentes exige caminhar-se para uma nova forma de pensar o económico, uma nova forma de construir a Economia, exige encontrar vias de operacionalizar uma nova lógica. A atitude não pode ser ecléctica. A lógica dialéctica e a Teoria do Caos podem fornecer quadros mentais de referência para a construção dos novos paradigmas.

Mas não é este conjunto de posições que pretendemos aqui analisar. Apenas pretendemos colocar a tónica sobre a necessidade do ensino da Economia permitir o conhecimento dos diversos paradigmas em confronto. Apenas pretendemos chamar a atenção para a grande relevância de um ensino pluralista.

Quando se estrutura um curso de Economia, exemplo de um problema que abrange todas as ciências sociais, a opção entre formação pluralista *versus* uniparadigmática é uma das mais importantes.

Raramente é explicitada porque a opção espontânea, por formação académica ou hábitos de leitura nas fontes dominadas pelos «colégios invisíveis», de uma determinada corrente teórica da Economia ignora ou faz esquecer a existência de outras; porque a “liberdade de cátedra” impede que se coloque o problema, entendido como atentado à liberdade individual de ensinar.

É a opção entre uma determinada licenciatura adoptar como paradigma(s) científico(s) uma única escola do pensamento económico ou diversas. É a opção entre estruturar-se para um determinado tipo de abordagem ou para a compreensão da necessidade e possibilidade de interligar os diversos saberes e caminhar para a construção de científicidades mais coerentes. Enquanto que as opções anteriores tem a ver essencialmente com a estruturação das disciplinas, as matérias abordadas e a atitude do professor, sobretudo se as aulas são locais de interrogação dos saberes e de diálogo, a alternativa aqui em análise pode por em

causa toda a estrutura do curso, o tipo de disciplinas que deve existir e a articulação entre elas.

Analisemos esta problemática nos seguintes pontos:

- importância do pluralismo
- conteúdo do pluralismo

Seria interessante também analisar outros aspectos mas tal seria entrar numa pormenorização que ultrapassa o conteúdo desta comunicação.

Embora esta dicotomia seja pouco explicitada, embora conste de importantes documentos que em diversas partes do mundo se têm preocupado com a estruturação das licenciaturas de Economia, **a opção pelo pluralismo parece ser uma quase evidência:**

- a) A Economia Política é uma ciência social com uma forte conflitualidade interna, como dissemos, cuja raízes radicam-se na estrutura social e nas consciências possíveis das diversas classes e grupos sociais, na diversidade das realidades estudadas, de um mundo marcado por profundas diferenças e luta de contrários, na multiplicidade de visões filosóficas e de vontades de intervenção de acordo com conjuntos de interesse em jogo. Como se disse poderemos encontrar, segundo alguns teórico da história das ciências, no fraco desenvolvimento da Ciência Económica alguma justificação para esta diversidade de leituras, mas não é aí que se radicam os motivos fundamentais: não se pode transpor para as ciências sociais (ciência duma realidade conflitual em que os Homens são ontologicamente sujeitos e objectos) as lógicas das «ciências físicas».
- b) A história do poder entre os diversos paradigmas alternativos mostra que a alternância não é tanto o resultado de uma evolução na conceptualização da realidade social, embora também exista, mas o fruto da correlação de forças social. É a expressão das razões objectivas da conflitualidade anteriormente referida. Logo, e é essa a questão que nos interessa salientar, não é essencialmente o resultado de uma opção racional, científica ou filosoficamente fundamentada, do agente de ensino da Economia, e dos seus pares, mas o resultado de um conjunto de circunstâncias históricas que vai da correlação de forças social no país e no mundo à estrutura das Universidades, que vai da organização dos cursos e formação previamente obtida pelos actuais docentes até ao «bom comportamento social» que a promoção académica e a eventualidade de chegar aos centro de poder político justificam e exigem.
- c) A consciência da diversidade de leituras científicas de uma determinada realidade fortalece as capacidades cognitivas de docentes e estudantes, enquanto que a sua subestimação ou ignorância é um elemento de forte perturbação na aprendizagem quando se tem de defrontar com vários

modelos. Para raciocinarmos um pouco sobre esta questão tomemos como referência a caverna platónica de projecção de sombras admitindo que tal reflecte, total ou parcialmente, a construção do saber científico, de que nos ocupamos. A filosofia platónica traz-nos a «amargura» da consciência de que o observado não é a plenitude da realidade mas uma parte deformada dela: “a realidade profunda, se é que ela existe, esconde-se de nós, sendo o papel da ciência mostrar ecrãs onde ela se queira projectar.”^{xv} Mas traz-nos a incomensurável força de alertar-nos para o que observamos, para a distinção entre o objecto em si e a sua imagem, para a influência da luz (intensidade, localização, etc.) sobre esta. Permite-nos, consequentemente, escolher o melhor ângulo de observação, o melhor instrumental, as partes da obra sobre as quais devemos concentrar a nossa atenção. A consciência da diversidade de leitura tem uma função similar para o economista que pretenda conhecer a realidade.

- d) A crítica e o confronto de posições é uma forma de redução da subjectividade inerente a qualquer processo de construção científica na área da Ciência Económica. A fundamentação desta questão poderia exigir-nos afastar-nos bastante do que agora nos preocupa. Assumamos, então, como hipóteses de partida que os diversos cientistas estão condicionados pela sua consciência possível, parte da sua personalidade, síntese de vivências; que as fronteiras entre o subjectivo e o objecto, entre o «positivo» e o «normativo» têm uma zona difusa e que o ideológico tende a penetrar a construção científica. Então cada modelo teórico comporta uma determinada dose de consciência real do cientista, de subjectividade e de ideologia. Por definição esse três «inimigos» da cientificidade são diferentes conforme o cientista que faça um determinado estudo. Uma das formas de procurar depurá-los será pelo confronto de posições entre diversos autores. O objectivo está mais próximo da intercepção dos diversos conhecimentos em confronto. A dificuldade, contra a qual lutamos ao pugnar pelo pluralismo teórico, está na capacidade de uma «terceira entidade» ser capaz de fazer a leitura da referida intercepção.
- e) Apenas o conhecimento de diversos modelos alternativos liberta o economista da sua estreita dependência em relação a uma forma específica de organização da sociedade e prepara-o para as mudanças. São muitos os exemplos de gerações de economistas que se formaram tomando como referência determinados modelos e que ao longo da sua carreira profissional tiveram que lidar, que defender, modelos diferentes. A estas mudanças estão associadas desadaptações e incompreensões profundas, o permanente resvalar para posições apoloéticas e ideológicas. É uma das forjas das ideologias que se autointitulam desideologizadas.
- f) O confronto de ideias, a prática do debate criterioso de posições alternativas fomenta os valores democráticos e de cidadania. O

conhecimento científico é mais dinâmico que o conhecimento corrente. Pretende ser uma consciência mais organizada da realidade, permanentemente moldada pela dúvida metódica. A redução dessa dinâmica e os dogmatismos nesta área do saber, que vão contribuir, parcial e com desfazamento temporais, para a evolução do conhecimento corrente, tenderá a tornar este mais hermético ao novo e à diversidade. A consciência democrática de que somos todos iguais porque somos todos diferentes será reforçada pela diversidade da leitura científica, sobretudo no objecto social.

- g) Provavelmente alguns dos modelos do futuro exigem uma ultrapassagem dos paradigmas actualmente vigentes, da fragmentação entre macro e micro, necessitam a articulação hierarquizada de diversos dos actuais modelos gerais. Obviamente que esta é uma hipótese de trabalho que me tem orientado em muitas das pesquisas realizadas mas sobre a qual pouco mais haverá a dizer. O futuro só parcialmente está condicionado pelo passado e presente e será ele que nos ensinará como o passado vai ser lido. O que o passado nos tem ensinado é a existência de vantagens e desvantagens nas diversas teorias económicas de interpretação da realidade, sobressaindo mais umas ou outras conforme aquela e as intenções de modificá-la, e é o aviso de diversos filósofos de que é possível articular e tornar coerentes diferentes propostas de leitura da realidade se forem modificadas algumas hipóteses de partida. O que as investigações passadas nos revelam é a inadequação de muitas das hipóteses de partida dos diversos modelos, seja por desajustamento em relação à realidade que captamos seja por excessiva simplificação, sobretudo numa época em que os modelos complexos e a redescoberta da não linearidade recorda uma antiga lei da dialéctica: tudo relaciona-se com tudo. Quanto ao que entendemos por articulação hierarquizada reservamos para abordagem do ponto seguinte.

A estas razões científicas de opção pelo pluralismo juntaria as **vantagens pedagógicas** de uma tal leitura, lembrando o que Pinto afirmava para as Ciências Sociais:

“Para que não confunda ensino com endoutrinação nem ensino especializado com transmissão de um conjunto de saberes estritamente profissionalizantes, o desenvolvimento do *espírito crítico* dos destinatários da acção pedagógica constitui naturalmente uma das suas finalidades essenciais.

Em termos gerais, trata-se, através de tal princípio, de procurar fazer incidir a atenção dos estudantes sobre os *processos* de investigação e de elaboração de conhecimentos próprios da(s) disciplina(s) que ensinam - buscando transformá-los em receptores activos da mensagem pedagógica e em utilizadores potencialmente criativos da ciência -, e não tanto (ou não apenas) de dirigir essa atenção para um conjunto de resultados já-dados,

isto é, desligados da respectiva génese intelectual e das suas utilizações científicas efectivas ou virtuais.^{”xvi}

Pluralismo não é eclectismo. É a apresentação dos diversos paradigmas ou das diferentes teorias em confronto tendo-se a capacidade de simplificá-las ou complexizá-las conforme o problema em análise e o grau de preparação dos estudantes. É a explicitação das suas diferentes hipóteses, metodologias e epistemologias. É a procura da diferença e da semelhança.

A partir daqui será eventualmente interessante e pedagogicamente encorajador modificar algumas hipóteses de partida das diversas teorias e reanalisar as semelhanças e diferenças, estudar possíveis trajectórias de aproximação e afastamento dos modelos. Também não deixará de ser encorajador tentar reconstruir um puzzle a partir das peças de diversos puzzles que têm a mesma imagem mas retida em diferentes estações do ano com tonalidades diferentes. Contudo seria abusivo considerar que essa junção de peças fosse uma nova teoria. Muito provavelmente faltar-lhe-ia coerência e visão de conjunto. A nova teoria exige uma reconceptualização, uma nova concatenação lógica, uma redefinição dos seus objectivos e natureza, a recriação de um espaço social de imposição.

Da articulação dos modelos alternativos surgirá um novo. Será um resultado do ser e/ou do nada anterior, para utilizar a terminologia sartriana. Não está determinado totalmente pelo passado mas não deixa de o reflectir. É uma síntese mais complexa que a bidimensionalidade da dialéctica assente numa afirmação e numa negação. É pluridimensional e acarreta a aleatoriedade da síntese. Neste contexto pouco poderemos dizer do conteúdo do novo paradigma apesar das crises da Ciência Económica contemporânea^{xvii}, do surgimento de bons «pretextos», tal como a teoria do caos, para reconstruí-lo, e da esperança de que o Homem seja capaz de cada vez mais controlar racionalmente o seu destino. Ao falarmos em articulação hierarquizada do possível novo paradigma apenas pretendemos chamar a atenção para o diferente grau de desenvolvimento e capacidade explicativa dos modelos actuais e a referida necessidade de reconceptualização.

Em termos pedagógicos o pluralismo passa pela apresentação desapaixonada das diversas leituras em confronto, e não da apresentação de uma com um conjunto de críticas provenientes dos mais diversos quadrantes. Significa traçar os potenciais^{xviii} em que os diferentes modelos se movem, adaptá-los às alterações topológicas daqueles. É a descoberta do novo no erro.

As duas grandes dificuldades do pluralismo teórico são a sua conciliação com a coerência do discurso científico-pedagógico que é transmitido ao estudante e a preparação dos docentes. São dificuldades sérias que exigem uma reflexão em cada caso concreto mas que podem e devem ser resolvidas.

É possível de imediato dar **alguns passos em frente:**

- assumir claramente que qualquer posição teórica tem o direito de se exprimir e confrontar as suas posições com as restantes;
- a apresentação de todo e qualquer modelo deve ser acompanhado pela explicitação pormenorizada da sua axiomática e dos objectivos da sua lógica, pela referência dos aspectos positivos e negativos, pela chamada de atenção para a existência de modelos alternativos;
- haver o cuidado de preparar os alunos para a conflitualidade interna da Economia Política, evitando a justaposição desarticulada de visões da sociedade;
- criar espaços de diálogo entre docentes, entre docentes e alunos, entre alunos, entre a escola e a realidade social envolvente para o debate de ideias.

O pluralismo teórico não é fácil. Como o não é a preparação consciente e multifacetada das futuras gerações de cientistas sociais. Como o não é a democracia e a tolerância. Mas não é na luta contra as dificuldades que está um dos encantos da vida? Não é na problematização da evidência que está uma das forças dos intelectuais? Não é na formação de futuras gerações mais bem preparadas para os desafios da humanidade que está a grandeza dos universitários?

~ NOTAS ~

ⁱ Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto

ⁱⁱ “Desde este punto de vista, la lógica no puede ser otra cosa que la teoría que esclarece los esquemas universales del desarrollo del conocimiento y de la transformación del mundo material por el hombre social. **Como tal, ella es teoría del conocimiento.**”, E. v. ILLÉNKOV, *Lógica Dialéctica. Ensayos sobre Historia y Teoría*, 1984, La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, pág. 220.

ⁱⁱⁱ “... a razão pode não ser tão pura quanto a maioria de nós pensa que é ou desejaria que fosse, e que as emoções e os sentimentos podem não ser de todo uns intrusos no bastião da razão, podendo encontrar-se, pelo contrário, enredados nas suas teias, para o melhor e para o pior”, António R. DAMÁSIO, *O Erro de Descartes. Emoções, razão e cérebro humano*, 16^a. Ed., 1996, Lisboa, Publicações Europa-América, pág. 14.

^{iv} António Manuel FIGUEIREDO e Carlos S. COSTA, *Do Subdesenvolvimento. Vulgatas, Rupturas e Reconsiderações em torno de um conceito* Vol 1: *Roteiro Crítico e Antologia*, 1982, Porto, ed. Afrontamento, pág. 31

^v Edgar MORIN, *O Problema Epistemológico da Complexidade*, sd., Lisboa, Publicações Europa-América, pág. 102

^{vi} Edgar MORIN, ob. cit., pág. 14

^{vii} Estamos a seguir muito de perto L. S. SENGHOR, *Libertad, Negritud y Humanismo*, 1970, Madrid, Tenos, pag. 41, citado por P. Raul Ruiz ALTUNA, *Cultura Tradicional Banto*, 1993, Luanda, Secretariado Arquideocesano de Pastoral, pág. 75/6

^{viii} Edgar MORIN, ob. cit., pág. 14

^{ix} Encontramos ao longo da história do pensamento filosófico e científico de tradição greco-romana diversos pensadores que procuraram captar essa complexidade. Para apenas falar de economistas recordemos Marx, recordemos a escola regulacionista francesa. As recentes teorias do Caos vêm mais uma vez alertar para a complexidade, para o determinismo caótico, para a sensibilidade às condições iniciais, para a irreversibilidade. Até agora os economistas não têm sabido aproveitar as suas (...continua...)

potencialidades para, sobretudo, aprender a pensar de forma diferente. Antes pelo contrario o que mais se tem assistido é a uma tentativa de «domesticação» da teoria do caos por parte dos neoclássicos.

^x Veja-se, sobre este assunto, a importante obra de Lucien SÈVE, *Marxisme et Theorie de la Personnalité*, Paris, Ed. Sociales.

^{xi} Edmund HUSSERL, *A Ideia da Fenomenologia*, 1986, Lisboa, Edições 70, pág. 44

^{xii} Edmund HUSSERL, ob. cit., pág. 88

^{xiii} Carlos PIMENTA, *Contributos para a Caracterização e Explicação da Inflação em Portugal*, 1985, Instituto Superior de Economia e Gestão, Tese de doutoramento, pág. 371/2.

^{xiv} Nesta análise seguimos muito de perto o primeiro capítulo do livro de A. MINGAT, P. SALMON, A. WOLFELSPERGER, *Méthodologie Économique*, 1985, Paris, PUF

^{xv} Ivar EKERLAND, *A Matemática e o Imprevisto. Símbolos do Tempo de Kepler a Thom*, 1993, Lisboa, Gradiva, pág. 80.

^{xvi} José Madureira PINTO, *Relatório sobre a disciplina de Ciências Sociais e sua Metodologia*, 1986, trabalho para associado, pág.5

^{xvii} Assunto que abordamos noutros trabalhos, nomeadamente nos que tomam como referência a obra de KATOUZIAN.

^{xviii} No sentido da teoria das catástrofes